

Cosmopolitismo capitalista: o caso da Comissão Trilateral (1973-1979)

Rejane Carolina Hoeveler¹

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela retirou a base nacional da indústria. As indústrias nacionais tradicionais foram, e ainda são, a cada dia destruídas. São substituídas por novas indústrias, cuja introdução se tornou essencial para todas as nações civilizadas. Essas indústrias não utilizam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, e seus produtos não se destinam apenas ao mercado nacional, mas também a todos os cantos da Terra. Ao invés de necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. (...) A estreiteza e o isolamento nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis, e das muitas literaturas nacionais e locais surge uma literatura mundial.²

Nos últimos anos, a discussão sobre cosmopolitismo voltou a ser motivo de controvérsia acadêmica e política. Ora entendido como oposto ao nacionalismo, ora entendido como seu complemento, o cosmopolitismo hoje é muito mais analisado em termos culturais ou ideológicos do que em termos políticos e econômicos.³ Grande parte do debate contemporâneo sobre cosmopolitismo encontra-se no bojo das matrizes teóricas pós-coloniais, que apontam para o cosmopolitismo como um elemento ideológico do imperialismo, mas ao mesmo tempo identifica todo tipo de “universalismo”, inclusive o marxista, como “imperial”.⁴ Mas não é nosso objetivo aqui realizar um balanço sistemático acerca da literatura sobre o tema, e sim procurar elucidar algumas

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

² MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.) et alii. *O Manifesto Comunista – 150 anos depois*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Perseu Abramo, 1998. p. 11-12.

³ FINE, Robert. Cosmopolitanism: key ideas. New York/London: Routledge, 2007; BOWDEN, Brett. Nationalism and cosmopolitanism: irreconcilable differences or possible bedfellows? *National Identities*, vol. 5, n. 3, p. 235-249, 2003. Para uma discussão sobre cosmopolitismo na teoria marxista, ver ACHCAR, Gilbert. *Marxism, orientalism, cosmopolitanism*. London: Saqi Books, 2013.

⁴ Para uma obra de referência que abarca diferentes teorias e diferentes aspectos, ver SCHILLER, Nina Glick & IRVING, Andrew. *Whose cosmopolitanism? Critical perspectives, relationalities and discontents*. New York: Berghahn Books, 2014.

questões centrais relativas ao cosmopolitismo burguês contemporâneo a partir de um estudo de caso, analisado sob lentes marxistas.

Desde o Manifesto Comunista (1848), Karl Marx havia afirmado o caráter internacional do capitalismo, demonstrando posteriormente, n' *O Capital*, por que este sistema é intrinsecamente expansivo em sua dinâmica de reprodução ampliada. Com a Lei geral da acumulação capitalista, Marx demonstra como a centralização e a concentração do capital são movimentos imanentes à sua reprodução, o que explica o caráter internacional e expansionista desse modo de produção. Marx sempre contrapôs ao sistema do capital e seu cosmopolitismo uma união internacional da classe trabalhadora, entendida por ele como a única classe capaz de abolir a própria sociedade de classes. Tendo explicado o caráter capitalista do colonialismo moderno, e o caráter expansionista do capital, Marx propiciou a base sobre a qual se construiriam as teorias marxistas do imperialismo no século XX.

Em seus *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci partiu dos mesmos princípios, entendendo a modernização capitalista como cosmopolita por natureza, e como inelutavelmente oposta ao internacionalismo proletário. Analisando o papel dos intelectuais e a cultura na Itália, o filósofo marxista entendia a especificidade histórica de sua base era uma continuação do “cosmopolitismo” medieval, bastante ligado à Igreja católica.

De acordo com o Dicionário Gramsciano, “cosmopolitismo” forma, na obra de Gramsci, um par dialético com “nacional-popular”. Para Gramsci, os intelectuais italianos são cosmopolitas e por isso *não* nacionais-populares, mas ao mesmo tempo o orgulho de sua origem universalista teria sido a base para um nacionalismo “chauvinista e retórico”. Assim, essa condição cosmopolita “anacrônica” assumiu a forma ilusória nos projetos políticos dos intelectuais italianos. Gramsci observou que o cosmopolitismo era a “forma própria do espírito nacional italiano”, que se forma a partir de uma casta de intelectuais excludente das massas populares.⁵

Conforme aponta Virgínia Fontes,

Gramsci emprega a expressão cosmopolitismo em diversos contextos. Diferentemente do internacionalismo, o cosmopolitismo derivaria do papel de centralização medieval desempenhado pela Igreja. Em seguida, adotaria um perfil idealizado, adotado por elites dominantes internamente, porém incapazes de forjar um espírito nacional-popular efetivamente internacionalista.⁶

Voltaremos às contribuições de Gramsci na última seção deste artigo. Por ora, é importante dizer que as reflexões erigidas por Marx e Gramsci nos

⁵ DURANTE, Lea. Cosmopolitismo. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs). *Dicionário Gramsciano* (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017, p. 153-156.

⁶ FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro: EdUFRJ/EPSJV-Fiocruz, 2010, p. 123.

propiciam os fundamentos para uma análise do que é o cosmopolitismo burguês no último quartel do século XX.

Se o capital tende a atravessar fronteiras, a associatividade empresarial internacional acompanha esse movimento de maneira mais complexa e com distintos matizes ideológicos. Podemos encontrar aparelhos privados de hegemonia da burguesia, de caráter transnacional, desde o início do século XX. Mas foi apenas em 1973 que surgiu um tipo de entidade empresarial de caráter plenamente internacional, com membros, escopo e foco transnacionais.

Embora fosse de iniciativa estadunidense, a Comissão Trilateral foi a primeira associação burguesa a ter como objetivo uma elaboração conjunta para os problemas comuns das elites orgânicas transnacionais dos três principais centros imperialistas do mundo: Estados Unidos, Europa e Japão.⁷ Lançada nos Estados Unidos pelo banqueiro David Rockefeller e pelo estrategista Zbigniew Brzezinski, contou com os esforços de um conjunto de intelectuais acadêmicos, políticos e grandes empresários. Como pretendemos demonstrar, a Comissão Trilateral é representativa de um movimento histórico cujo escopo ideológico/estratégico pode ser considerado herdeiro e continuador do cosmopolitismo burguês – ou, ao menos, de uma linhagem bastante significativa neste.

O artigo está dividido em cinco partes: em primeiro lugar, explicitaremos o pensamento liberal subjacente ao trilateralismo, para, em seguida, na segunda parte, discutirmos o lugar do trilateralismo dentro do cosmopolitismo liberal. Na terceira parte, discutiremos o contexto histórico da criação da Comissão, marcado pela rivalidade interimperialista e por um movimento social terceiro-mundista. Na quarta parte, esmiuçaremos a ideologia trilateralista, articulando-a com o discurso empresarial dominante na época, em especial sua relação com o Estado nacional; e, por fim, discutiremos a importância deste tema nos dias de hoje, quando um nacionalismo ressurgente parece obliterar a importância do cosmopolitismo liberal.

Cosmopolitismo e liberalismo

Do ponto de vista histórico, o cosmopolitismo é muito mais antigo do que o nacionalismo. Na Grécia Antiga, cosmopolita era o “cidadão do mundo”. Na Idade Média, a Igreja herdou e transmitiu o cosmopolitanismo dos estoicos, em especial de Cícero (106-43 a.C.), com quem Santo Agostinho (354-430 d.C.) dialoga ao justificar a ideia do Papa como um candidato para dirigir um “império mundial”. Os primeiros conflitos entre o cosmopolitismo da Igreja e o protonacionalismo se deram já nos séculos XIII e XIV, quando a soberania dos

⁷ Utilizaremos o conceito de “elite orgânica transnacional” a partir da definição de René Dreifuss: DREIFUSS, René A. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional* (1918-1986). 2ª edição. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

príncipes disputa com o poder papal. Mas mesmo aí, os críticos do poder temporal do Papa ainda eram adeptos da ideia de uma ordem política universal.⁸

Os elementos do cosmopolitismo permearam o Iluminismo. A Revolução Francesa, por um lado, ajudou a erguer a ideia moderna de nação, que conflitava com o cosmopolitismo; mas por outro, colocou em prática alguns dos princípios iluministas cosmopolitas, como a ideia de direitos humanos universais. Com o Iluminismo, o cosmopolitismo do debate grego clássico se transforma: agora ele implica a noção de que todos os seres humanos, sendo iguais e racionais, têm capacidade de buscar o bem comum, assim como seus interesses.

O liberalismo clássico, a partir da ideia de contrato social e dos direitos naturais do homem, prezava pela busca dos indivíduos livres à felicidade e à riqueza, entendendo que essa busca individual produziria um resultado coletivamente positivo. De acordo com os fundamentos deste pensamento, a garantia da segurança dos cidadãos contra ameaças externas – uma das principais funções do Estado – poderia entrar em contradição com as aspirações políticas desses mesmos cidadãos, na medida em que a guerra provoca uma situação na qual o poder estatal é reforçado. Nesse sentido, seria do interesse geral que o sistema internacional se tornasse cooperativo ao invés de conflituoso – e a história do pensamento liberal no quesito das relações entre os Estados girou, em grande parte, em torno de como atingir esse objetivo.

Podemos destacar três pontos fundamentais entre aqueles que foram historicamente prezados pelos liberais na busca por um sistema internacional harmônico. O primeiro deles é a defesa do livre comércio. O pensamento liberal, desde o século XIX, defende a ideia de uma incompatibilidade fundamental entre o comércio e a guerra. Partindo do pressuposto daquilo que economista político inglês David Ricardo (1772-1823) chamou de “vantagens comparativas”, o comércio internacional beneficiaria a todas as nações, e como elemento central para a prosperidade, também possibilitaria a criação de laços intensos entre as sociedades, diminuindo sua propensão a guerrear entre si.⁹ O segundo ponto diz respeito à ideia de que a república é um antídoto à guerra entre as nações. Para Kant, a república moderna, entendida como um regime de governo no qual há a representação de diversos interesses coletivos, consolidado por um estado de direito, era uma forma de governo que dificultava a entrada de um país numa guerra. A origem das guerras estaria, assim, nas formas imperfeitas de governo. Sua crítica era dirigida especialmente contra os Estados monárquicos absolutistas, que como tais não deviam satisfações a seus povos em decisões de política externa.¹⁰ Uma terceira ideia de força no pensamento liberal é a de que

⁸ CONVERSI, Daniele. Cosmopolitanism and nationalism. In: LEOUSSI, Athena (Ed). *Encyclopaedia of Nationalism*. Oxford: Transaction Books, 2000, p. 34-39.

⁹ RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1817].

¹⁰ Ver KANT, I. *A paz perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 1989 [1795]. Por outro viés, Kant defenderia a construção de um edifício jurídico internacional e cosmopolita no qual os imperativos éticos

as instituições fortes podem ajudar a conciliar as obrigações de Estado com relação aos habitantes das demais nações.

Encontraremos nas análises e prognósticos da Comissão Trilateral essas três ideias-força, as quais, aliás, constituem os três grandes eixos temáticos trabalhados pela Comissão ao longo dos anos 1970: a liberalização das economias (com instituições econômicas internacionais fortes para sua regulação); o fortalecimento da democracia liberal (reelaborada num sentido restrito, schumpeteriano); e a criação e consolidação de instituições internacionais, dentro de um projeto de “hegemonia compartilhada”.

O lugar do trilateralismo no cosmopolitismo liberal

As duas principais matrizes teóricas do trilateralismo podem ser encontradas em Zbigniew Brzezinski, o soviétólogo realista, e em Joseph Nye e Robert Keohane, os teóricos de Relações Internacionais. Brzezinski, cujo papel prático na formação da Comissão foi de suma importância, vem de uma tradição altamente influenciada pela mentalidade da Guerra Fria, com uma acentuada tônica anticomunista. Já Nye e Keohane, autores conhecidos por desenvolver o conceito de interdependência – o contraponto ao conceito de dependência – possuem proximidade com a tradição liberal (embora procurando fazer uma síntese com o realismo), e também colaboraram ativamente em diversos relatórios importantes da Comissão ao longo de sua história, especialmente na temática das instituições internacionais.

O pensamento trilateralista pode ser interpretado como uma síntese entre essas duas matrizes, tendo como espinha dorsal as temáticas de preocupação liberal, como liberalização do mercado, institucionalização política e cooperação internacional, mas não deixando por isso de conter também a tônica mais realista de Brzezinski, que ocuparia o mais alto cargo na política externa americana no mandato de Jimmy Carter (1977-1981) – este também um membro da Comissão Trilateral. Em *Entre duas eras*, sua obra de 1969, escrita no auge da mobilização contra a guerra do Vietnã, do movimento negro, feminista, estudantil, etc., Brzezinski falava sobre como o nacionalismo estava ultrapassado e lançava as sementes da criação de uma “comunidade das nações desenvolvidas” capaz de lidar com esse mundo em “ebulição”. Em uma passagem bastante significativa, ele escrevia que

O movimento rumo a uma comunidade maior das nações desenvolvidas terá de ser necessariamente parcelado, e não excluirá relações mais homogêneas no seio da entidade maior. O desejo de formar um Estado formal maior é em si uma extensão do raciocínio herdado da era do nacionalismo. Faz mais sentido tentar associar os Estados existentes por

meio de uma variedade de elos indiretos e de limitações já em desenvolvimento à soberania nacional.¹¹

Note-se que a obra de Brzezinski está recheada de racismo e de xenofobia anti-Terceiro Mundista: em sua explicação sobre a nova conjuntura global, ele dizia que a causa do “nacionalismo militante terceiro-mundista” era que, com o avanço das telecomunicações, populações inteiras agora podiam “ver a opulência” dos Estados Unidos e dos países europeus. Em outras palavras, todo tipo de ideologia e política anticapitalista ou anti-imperialista teria como base um grande “recalque”, e mesmo a Europa estaria permanentemente temerosa de uma liderança tecnológica norte-americana e da crescente presença nos mercados europeus de empresas americanas. Ele comparava os “guetos locais” americanos aos “guetos globais”, preconizando que em ambos deveria haver uma espécie de “rotinização do conflito”, com a aceitação e a administração estatal de algum nível de violência civil tanto dentro das periferias dos países centrais como no conflito internacional. O pensamento de Brzezinski revela como o cosmopolitismo trilateralista estava longe de ser isento de considerações preconceituosas acerca dos povos do Terceiro Mundo, considerados por ele como incapazes e invejosos da grandeza dos povos dos países avançados.¹²

Mas é importante notar também o tipo de intelectual que a Trilateral rejeitou: ficaram de fora os neoconservadores como Irving Kristol ou Normal Podhoretz, e os clássicos “*free-marketers*” (propagandistas do livre-mercado) como Martin Anderson, da *Hoover Institution* (tradicional *think-tank* neoliberal americano). A Trilateral, embora tenha recomendado propostas consonantes com o que se convencionou chamar de neoliberalismo, não se identificava com a ortodoxia neoliberal de um Milton Friedman ou de um F. Von Hayek, mas sim com um liberalismo de tipo funcionalista e institucionalista. Este último defendia um quadro funcional para a ordem social e para o tipo de instituições nacionais e internacionais que certamente seriam consideradas pelos primeiros como “anti-naturais” por serem obras de engenharia social.¹³

Outro aspecto digno de nota é que a oposição à Trilateral, nos Estados Unidos, foi liderada por setores da extrema-direita nacionalista com fortes tons conspiracionistas, representado por figuras como o senador republicano Barry Goldwater. Tais setores tradicionalmente colocam em suspeição e denunciam

¹¹ BRZEZINSKI, Zbigniew. *Entre duas eras*. América: Laboratório do mundo. Rio de Janeiro: Artenova, 1971, p. 263.

¹² Sobre o pensamento de Brzezinski ver HOEVELER, Rejane. Dominação e resistência nos Estados Unidos dos anos 1960: Zbigniew Brzezinski entre duas eras. *Mosaico*, Goiânia, v. 9, p. 8-23, 2016.

¹³ Nesse sentido, as proposições trilateralistas parecem se aproximar mais da vertente “ordoliberal” do neoliberalismo, do que da mais conhecida corrente austro-americana de Hayek, Friedman e Mises. Sobre as semelhanças e diferenças entre as teorias e posições políticas ordoliberais e austro-americanas dentro do neoliberalismo, ver DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo*. Ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

ardorosamente todo tipo de organização internacional, contrapondo ao cosmopolitismo um discurso ultranacionalista, antissemita, anticomunista e xenóforo.

A Trilateral foi criada como um órgão não-oficial, com participação a convite, formado por “cidadãos privados” preocupados com os problemas comuns das “sociedades trilaterais”, e, portanto, embora a metáfora da “Internacional” capitalista seja tentadora, sua estrutura de representação é oposta pelo vértice à das Internacionais operárias, marcadas pelo mecanismo da eleição de delegados.

O contexto histórico da criação da Comissão Trilateral

A conjuntura internacional aberta a partir de finais dos anos 1960 marca um alinhamento político do chamado “Terceiro Mundo”, em meio a um momento decisivo da descolonização. Em 1973, no bojo da escalada israelense no Oriente Médio, ocorre o famoso embargo da venda de petróleo organizado pela OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo). Tal ação foi acompanhada pela formação de uma série de organizações de produtores de minerais, como a Organização Internacional da Bauxita, liderada pela Jamaica. Os tradicionais fornecedores de matérias-primas estratégicas para os centros imperialistas reuniam-se em diversos tipos de iniciativas “protecionistas”, vistas com terror pelas classes dominantes imperialistas, e por isso os ataques mais ferozes ao “nacionalismo econômico”, por parte dos trilateralistas, dirigiram-se às coalizões terceiro-mundistas. Para seu pavor, a reivindicação por uma “Nova Ordem Econômica Internacional” nos fóruns multilaterais como a ONU encontrava enorme apoio internacional.¹⁴ E no âmbito da esquerda, em 1966, havia sido criada em Cuba a Tricontinental, organização de solidariedade entre os movimentos anticoloniais/anti-imperialistas de países da América Latina, África e Ásia – onde o líder revolucionário Che Guevara falou em criar “dois, três, muitos Vietnãs”.

Em segundo lugar, e intrinsecamente relacionado ao primeiro ponto, observamos nesse período as tensões entre os Estados capitalistas da América do Norte, Europa Ocidental e Japão acerca da divisão dos mercados e acesso a matérias-primas – isto é, as tensões da disputa inter-imperialista. Segundo o pensamento trilateralista, diante daquele cenário, a estrutura de comércio e investimento então existente poderia conduzir a uma era de “competição destrutiva”, ao “nacionalismo econômico” e, possivelmente, à própria guerra. No caso dos ataques ao nacionalismo dos próprios “países trilaterais”, os teóricos

¹⁴ A “Nova Ordem Econômica Internacional” era um conjunto de propostas elaboradas no âmbito na Assembleia Geral das Nações Unidas ao longo de 1974, impulsionada por países do Terceiro Mundo com vistas a garantir melhores condições de negociação com os países centrais em diversas áreas como estabilidade no preço de matérias-primas, acesso aos mercados dos países desenvolvidos, transferência tecnológica, regulação de corporações transnacionais, entre outros.

trilateralistas por vezes falavam sobre o fim do “paroquialismo” que embasava políticas nacionais, como as políticas do *Welfare State*, que, numa era de “política global”, estaria “ultrapassado”. Outras vezes, era invocada a imagem dos anos 1930, quando a Depressão levou a uma época de protecionismo global. Alguns trilateralistas europeus, como Karl Kaiser, falavam de um “supranacionalismo neo-federativo”, e estavam no centro dos projetos para a construção de uma União Europeia.¹⁵

O pensamento que embasava o trilateralismo, com algumas raízes na teoria da modernização, classificava os países em democracias industriais (os “países trilaterais”), países subdesenvolvidos industrializados (como Brasil e Irã), e países “em desenvolvimento não industrializados” (em suas palavras) – também chamados de “quarto mundo”. É possível notar, nesse ponto, que a ideologia trilateralista compartilhava do senso de “missão civilizatória” presente no pensamento colonialista desde o século XIX, frequentemente disfarçado por uma “preocupação” com a pobreza e o subdesenvolvimento da maior parte do mundo. O trilateralismo abraçava, por vezes, uma retórica anticolonial, pela abolição de relações comerciais “especiais”, por exemplo, entre ex-metrópoles com suas ex-colônias, em nome de um livre mercado internacional. Mas nem por isso, claro, seus projetos filantrópicos deixavam de atender interesses econômico-corporativos bem específicos.¹⁶

Foram especialmente os *policy-makers* americanos, impactados pela derrota no Vietnã, que reconheceram que os EUA não eram capazes de sustentar as redes econômicas, políticas e militares necessárias para manter o antigo sistema imperial no Terceiro Mundo. E, somado a isso, sentiam que seu país estava encarregado de uma fatia desproporcional dos custos militares desse sistema, enquanto a Europa Ocidental e o Japão aumentavam suas vantagens competitivas no mercado.¹⁷

O antigo sistema de poder inquestionável dos EUA dentro do mundo capitalista erodia, mesmo que os EUA continuassem, comparativamente, o país capitalista mais poderoso. Nesse sentido, como resume James Petras, “A Comissão Trilateral foi um esforço de criar uma liderança coletiva para coordenar e sincronizar as políticas entre as potências capitalistas como um modo de minimizar a fricção interna e maximizar os ganhos no Terceiro

¹⁵ SKLAR, Holly. *Trilateralism*. The Trilateral Commission and elite planning for world management. Boston: South and Press, 1980, p. 190.

¹⁶ Isso é evidente no caso das propostas desenvolvidas junto ao Banco Mundial acerca da produção de arroz na Ásia. Ver COLOMBO, Umberto; JOHNSON, D. Gale & SHISHIDO, Toshio. *Reducing malnutrition in developing countries: increasing Rice production in South and Southeast Asia*. Trilateral Commission: *Task-Force Report*, n. 16, 1978. O relatório foi patrocinado pelas maiores empresas agroindustriais dos EUA.

¹⁷ Em 1970, os EUA estavam gastando 8% de seu Produto Nacional Bruto com gastos em defesa, enquanto o Japão gastava apenas 0,8%. PETRAS, James. *The Trilateral Commission and Latin American Economic Development*. In: *Class, State and Power in the Third World*. With case studies on class conflict in Latin America. Londres: Zed Press, 1981. p. 87.

Mundo.”¹⁸ Ao mesmo tempo, conforme apontou Stephen Gill, a “aliança orgânica” entre EUA, Europa Ocidental e Japão ajuda a explicar a firmeza do imperialismo americano.¹⁹

O cosmopolitismo da Comissão Trilateral exerceria uma função dupla: uma espécie de exercício voluntário de “ultraimperialismo” no centro, que supriria o declínio do domínio norte-americano; e uma cooptação ou transformismo das elites dos estados semi-periféricos e periféricos (incluindo os Estados em que imperavam os regimes ditos comunistas). De acordo com René Armand Dreifuss,

A Comissão Trilateral pretendia inaugurar uma nova fase de transnacionalização, que prescindiria num grau ainda maior de certos aspectos da intermediação político-ideológica e econômica dos Estados nacionais, alicerçando esse enfoque e sua prática na coordenação e controle político através da ação privada do empresariado transnacional.²⁰

Capital e Estado-Nação: ideologias empresariais e trilateralismo

A internacionalização do capital não apenas não prescindiu dos Estados nacionais: necessitou destes, de modo a propiciar as estruturas de acumulação e de manejar o trato político com a classe trabalhadora. Podemos entender, com Nicos Poulantzas, que

A internacionalização do capital nem suprime nem curto-circuita os Estados nacionais, nem no sentido de uma integração pacífica de capitais ‘sobre’ os Estados, com cada processo de internacionalização trabalhando sob a dominância de determinado país, nem no sentido de sua extinção sob o super-Estado americano, como se o capital americano pura e simplesmente engolisse outras burguesias nacionais. Mas, de outro ângulo, essa internacionalização tem um profundo efeito nas formas políticas e institucionais destes Estados por sua inclusão num sistema de interconexões as quais não estão de forma alguma limitadas à interação de pressões ‘exteriores’ e ‘recíprocas’ entre estados e capitais justapostos. Os Estados mesmos assumem responsabilidade pelos interesses do capital imperialista dominante em seu desenvolvimento estendido verdadeiramente dentro da formação ‘nacional’, ou seja, em sua complexa interiorização na burguesia interna que domina.²¹

¹⁸ PETRAS, James, *op. cit.*, p. 88. Ver também ASSMAN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam (orgs.). *A Trilateral – nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979; e GILL, Stephen. *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

¹⁹ GILL, Stephen. *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

²⁰ DREIFUSS, René, *op. cit.*, p. 87.

²¹ POULANTZAS, Nicos. The internationalization of the State. In: *Economy and Society*, vol. 3, p. 145-179, 1974; primeiramente publicado como L’Internationalisation des relations capitalistes et de l’Etat-Nation, *Le Temps Modernes*, n. 319, fevereiro/1973. Utilizamos aqui a versão publicada em *The Poulantzas Reader*: Londres/Nova York: Verso, 2008, p. 244.

Para Poulantzas, a relação Estado-Nação é mantida porque a nação conservaria sua própria existência com respeito às “formas nacionais” da luta de classes em toda a complexidade de sua determinação – uma unidade econômica, territorial, linguística, simbólico-ideológica ligada a uma “tradição”.²² A propósito, acerca da Comissão Trilateral, o próprio Poulantzas afirmou:

É principalmente neste Estado paralelo, nesta trama político-administrativa profunda, que ganham corpo as redes transestatais, da ‘cooperação’ das polícias e informações para os *diversos procedimentos transnacionais de tomada de decisão: as instituições internacionais oficiais não são mais que a parte visível do iceberg*. Eu sou pouco suspeito de fazer ficção política, mas como deixar de sonhar aqui com esse foco de *partido único em suas dimensões internacionais*? A famosa ‘comissão trilateral’ disso nos dá talvez uma pequena amostra.²³

Qual era a base social do associativismo trilateralista? Em primeiro lugar, executivos de multinacionais. Em parte, uma resposta à vaga de mobilização estudantil e popular que varreu os continentes e que teve seu ápice no ano de 1968, em parte, uma preocupação com a crise econômica que já se fazia sentir, um ativo engajamento político empresarial emerge nos grandes centros capitalistas, em especial nos EUA, entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970. E na ideologia esposada por inúmeros administradores de empresas multinacionais, o Estado-nação estava caminhando em direção a um fim próximo.

“*As fronteiras políticas das nações-Estado*”, dizia William J. Spencer, presidente da *First National Corporation*, que operava em noventa países, “*são estreitas e limitadas demais para definir o escopo e o alcance da empresa moderna*”.²⁴ O empresário francês Jacques Maisonrouge iria ainda mais longe, afirmando que “*as estruturas políticas mundiais são inteiramente obsoletas. Não mudaram em pelo menos cem anos e estão lamentavelmente desafinadas com o progresso tecnológico*”; e que “*o problema crítico de nossa época*” seria “*o conflito conceptual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados-Nação*”.²⁵ Segundo a *Business International Corporation*, em relatório de 1967, “*a nação está se tornando obsoleta: amanhã, em qualquer sentido significativo, estará morta – e o mesmo acontecerá às empresas que permanecerem essencialmente nacionais*.”²⁶

É sabido que a internacionalização da administração e da propriedade das multinacionais, juntamente com a centralização de capital, constituiu um

²² Idem, p. 250-251.

²³ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000, p. 248, grifos nossos.

²⁴ MULLER, Ronald & BARNET, Richard. *Poder global*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, s/d, p. 19.

²⁵ Fala de Maisonrouge à *American Foreign Service Association*, 29 de maio de 1969, apud MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 19.

²⁶ MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 19.

processo central do capitalismo contemporâneo. Mas pouco dito é que também representou uma tática política da burguesia cosmopolita do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. “Desamericanizar” algumas empresas, dando a aparência de uma propriedade internacional mediante a venda de pequenos blocos de ação a tomadores estrangeiros muito dispersos, fazendo com que nenhum deles pudesse desafiar os controladores, ao mesmo tempo dando à subsidiária a aura de uma empresa local, era uma estratégia empresarial afinada com o cosmopolitismo, e uma resposta política às tensões da conjuntura.²⁷

Se havia quem prenunciasse o fim do Estado-Nação, outros tinham uma postura mais pragmática, defendendo a ideia de que o Estado Nacional apenas teria um conjunto de tarefas diferente do que teve até então – mas que, longe de acabar, continuaria sendo muito importante para o próprio bem-estar dos investimentos. Esse era o caso dos trilateralistas.

Eles também eram apologetas da operação internacional das empresas, considerada um bem por elas realizado para a humanidade. Para George Ball, por exemplo, a empresa mundial “*planeja e atua muito à frente das ideias políticas mundiais*”, porque constitui “*um conceito moderno, elaborado para atender a necessidades modernas*”.²⁸ Entretanto, o trilateralismo representou uma estratégia bem mais cautelosa em relação ao papel do Estado. Para os trilateralistas, o Estado-nação teria um papel crucial na criação do “mundo sem fronteiras” (para o capital): somente os governos podem abolir as restrições à movimentação de bens e investimentos, fazendo uso de “armas econômicas” como cotas, tarifas e impostos para garantir um tratamento favorável para suas empresas globais em outros países.

Dessa maneira, conforme bem apontaram os pesquisadores Ronald Muller e Richard Barnet, constituiria uma tarefa cada vez mais complexa do governo implementar uma política econômica enérgica, fazendo ora uso da liberalização, ora do protecionismo. Somente um governo centralizado, onde o presidente desfrutasse de grande liberdade para empregar uma ou outra política, poderia desempenhar um papel equilibrador assim tão delicado. Assim, dentro de aparelhos privados cosmopolitas como a Trilateral, o ataque frontal contra o Estado-nação teria sido substituído por uma campanha mais sutil contra fronteiras, diferenças culturais, protecionismos e “receios de pessoas que atacam a empresa internacional.”²⁹

Os trilateralistas, portanto, não falavam de “fim do Estado”, muito menos do fim das nações, mas de uma readequação das funções e estrutura do Estado para atender às necessidades crescentes de um capital mundializado. O supranacionalismo trilateralista voltava-se para a formação de burocracias

²⁷ Idem, p. 68.

²⁸ Fala de Ball em Conferência à Câmara de Comércio de Nova York em 05 de maio de 1967, *apud* MULLER & BARNET, *op. cit.*, p. 19.

²⁹ Idem, p. 63. Ball chegou a defender um licenciamento internacional das empresas por alguma organização internacional.

estatais dos Estados capitalistas em moldes qualitativamente diferentes daqueles construídos no pós-Segunda Guerra, buscando sempre alijar de maneira preventiva e permanente determinados interesses – principalmente, esvaziando de potencialidade a capacidade de influência dos movimentos organizados dos trabalhadores. As elaborações trilateralistas sobre a democracia são as mais representativas dessa última preocupação.³⁰

As propostas trilateralistas e o capitalismo contemporâneo

A Comissão Trilateral proporcionou um fórum onde se formularam políticas para a crise do sistema monetário internacional que incluíam tanto antigas propostas keynesianas, como a criação de um Banco Central Mundial, quanto propostas ortodoxas, como a adoção de políticas de restrição orçamentária (controle de gastos).³¹ Ao mesmo tempo, a entidade defendia a criação de uma institucionalidade que impedisse que políticas monetárias nacionalistas revertessem o processo de internacionalização da economia e de abertura dos mercados, que agora incluía também a internacionalização da própria produção. O reforço no papel do FMI, altamente recomendado pela Comissão, seria, no fim das contas, o caminho mais prático para a estabilização monetária internacional nos patamares da generalização do câmbio flexível.

A proposta trilateralista de utilizar instituições multilaterais como o FMI no lugar de uma política externa basicamente bilateral e coercitiva, típica da era Kissinger, ficou clara no “choque” imposto à Jamaica já no governo Carter. Dois anos após sua independência formal, o povo jamaicano elegeu democraticamente um novo governo, dirigido pelo *People's National Party* (PNP), sob a liderança do primeiro-ministro Michael Manley – propositor de um programa que incluía mais controle estatal sobre certos setores-chaves da economia nacional, além de programas bastante ousados de redistribuição de renda. Assim que a nova equipe da presidência americana assume, a Jamaica é um dos primeiros países a se submeter a um programa radical de contrarreformas receitado pelo Fundo, de forma a garantir a renovação de empréstimos.³²

O assim chamado “choque” do petróleo foi uma problemática exaustivamente trabalhada na Comissão, que desde o início insistiu na necessidade de uma política comum dos “países trilaterais” em relação ao desafio lançado pela OPEP. Uma faceta importante da política das corporações em relação aos países produtores de petróleo, com excedentes de rendas, seria a implementação de grandes projetos industriais, que atendiam os interesses das

³⁰ CROZIER, Michel; HUNTINGTON, Samuel P.; WATANUKI, Joji. *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: New York University Press, 1975.

³¹ COOPER, Richard N; KAJI, Motoo & SEGRÉ, Claudio. *Towards a renovated world monetary system*. Trilateral Commission. *Task Force Report* n. 1, 1973.

³² Ver PHILLIPS, James. *Renovation of the international economic order: trilateralism, IMF, and Jamaica*. In: SKLAR, Holly, *op. cit.*, p. 472-3.

elites desses países ao mesmo tempo em que os mantinham ligados aos do capital transnacional.³³ A Trilateral debateu não somente o mercado do petróleo mas também o “nacionalismo” emergente em todo o mercado de *commodities*, com o objetivo de institucionalizar a liberalização econômica, que em seu discurso contemplaria os interesses “de todas as partes”.³⁴

A política em relação ao Terceiro Mundo na questão do petróleo estava intimamente ligada a um projeto de reconstrução da hegemonia internacional, tema profundamente debatido dentro da Comissão entre 1976 e 1977. A reforma das instituições internacionais, de modo a incorporar o “Terceiro Mundo” e também de forma a aproximar o bloco socialista (dentro do qual já havia largos interesses econômicos americanos, japoneses e europeus), era percebida pelos trilateralistas como a melhor forma de sair daquela situação de crise de hegemonia internacional.³⁵

Um aspecto chave nas relações entre os países “trilaterais” e o Terceiro Mundo seria a política dos direitos humanos, e aqui é onde aparecem os primeiros dissensos importantes entre os trilateralistas. Expressaram-se dentro da Comissão duas abordagens em relação a esta política: a noção kissingeriana de uso da política apenas para enfrentar o bloco socialista e desgastar a URSS, deixando de lado as violações de direitos humanos que ocorriam nos países “amigos” (considerados apenas como “autoritários” e não “totalitários”, como o Chile); e a posição mais propriamente afinada com o cosmopolitismo liberal, que prezava por uma campanha em defesa dos direitos humanos que atingisse tanto o bloco socialista como as ditaduras capitalistas, no sentido de resgatar a imagem dos EUA e dos países capitalistas centrais para o mundo, de forma que o “mundo trilateral” pudesse resgatar sua credibilidade moral perante o bloco socialista.³⁶

Inicialmente adepta incontestavelmente do cosmopolitismo liberal, no final dos anos 1970 a Comissão deixa de ter uma posição única e passa a ser palco de um conflito com as posturas estadunidenses nacionalistas. De acordo com a hipótese de Luis Maira, uma mudança na correlação de forças dentro da Comissão ocorreu entre 1977 e 1979, fundamentalmente a partir do ingresso de diversos representantes ligados ao complexo industrial-militar americano.³⁷

³³ CAMPBELL, John; CARMOY, Guy & KONDO, Shinichi. Energy: the imperative for a trilateral approach. Trilateral Commission. *Task-Force Report* n. 5, 1974; BALL, George. “Remarks on the energy-monetary situation and the middle east” (08 de dezembro de 1974). In. Trilateral Commission: *Dialogue* n.06, 1975; GARDNER, Richard; OKITA, Saburo; UDINK, B.J. *OPEC, the Trilateral world, and the developing countries: new arrangements for cooperation, 1976-1980*. Trilateral Commission, 1975.

³⁴ GARDNER, Richard; OKITA, Saburo; UDINK, B.J. *A Turning point in the North-South economic Relations*. Trilateral Commission. *Task-Force Report* n. 3, 1974; BEIGIE, Carl; HAGER, Wolfgang & SEKIGUCHI, Suelo. Seeking a new accommodation in world commodity markets. Trilateral Commission: *Task-Force Report* n. 10, 1976.

³⁵ BERGSTEN, C. Fred; BERTHOIN, Georges & MUSHAKOJI, Kinhide. The reform of international institutions. Trilateral Commission. *Task-Force Report* n. 11, 1976.

³⁶ Trilateral Commission: *Dialogue* 19, *The politics of human rights*, 1978.

³⁷ MAIRA, Luis. La vigencia estrategica del proyeto trilateral y las tendencias a la

Como é sabido, a ocupação soviética no Afeganistão e a crise dos reféns no Irã, ambas em dezembro de 1979, fortaleceram os setores mais conservadores ao trazer os temas de segurança de volta ao centro do debate público nos Estados Unidos, estimulando o revanchismo anticomunista e anti-Terceiro Mundo. Esse sentimento seria o caldo de cultura para vitória acachapante do ex-ator republicano Ronald Reagan na disputa pela presidência em fins de 1980. Reagan trouxe ao poder central americano as hostes nacionalistas e xenóforas da burguesia estadunidense, cujo projeto de política externa centrou-se em medidas unilateralistas.

Nacionalismo ressurgente: o fim do cosmopolitismo liberal?

Numa das facetas mais interessantes do pensamento de Gramsci sobre o cosmopolitismo, o marxista sardo se interroga sobre como os grandes impérios “usaram” o cosmopolitismo como elemento para construção de seu poder político sobre outros povos. Segundo Gramsci, o caso mais patente foi o de Roma, mas também seria o caso da Macedônia de Alexandre e do Império Russo de Pedro, o Grande.³⁸ Em todos esses casos históricos, segundo Gramsci, os impérios subordinaram e absorveram outros povos com base em uma política e uma ideologia cosmopolita. Entretanto, como vimos na parte inicial deste artigo, o nacionalismo derivado do nascimento no Estado Moderno somente ocorreria a partir do século XV, e com suas formas características apenas a partir do XIX.

Mesmo levando em consideração as colossais diferenças históricas entre os impérios da Antiguidade e o moderno imperialismo capitalista, podemos pensar o caso dos Estados Unidos a partir dessa idéia de Gramsci, levando em conta que a ideologia predominante da política externa americana sempre se utiliza, em algum grau, de elementos cosmopolitas?³⁹ Podemos afirmar, a partir de Gramsci, que a ideia de excepcionalismo e de uma missão americana no mundo configura um elemento cosmopolita que se desenvolveu nos Estados Unidos, e que se concretizou em aparelhos privados de hegemonia como a Comissão Trilateral?

De toda forma, seria bastante reducionista associar o cosmopolitismo burguês apenas a projetos do tipo trilateralista. Em uma obra recente, David Harvey nota que o discurso que embasou unilateralismo de George W. Bush e de Tony Blair, em 2003, não deixou de ter fortes componentes cosmopolitistas, como a ideia de que os iraquianos e toda “a humanidade” mereciam a liberdade e a democracia que os Estados Unidos e a Europa representavam e podiam

internacionalización política de América Latina. In: *América Latina y la crisis de hegemonía norteamericana*. Lima, Peru: Desco/Centro de Estudios y promoción del desarrollo, 1982. p. 195.

³⁸ DURANTE, Lea. Cosmopolitismo. In LIGUORI, & VOZA, (orgs). *Dicionário Gramsciano*, op. cit., p. 153.

³⁹ Lembre-se que não é apenas o caso americano, se olharmos por exemplo para a intervenção francesa no Mali, em 2013.

entregar.⁴⁰ A ideia de direitos humanos universais, que havia sido parte do discurso que justificou as intervenções “humanitárias” dos Estados Unidos nos anos 1990, no governo Bill Clinton (1993-2001), foi, na verdade, um elemento discursivo presente na política externa americana pelo menos desde Woodrow Wilson (1913-1921). Da mesma forma é notável como o componente cosmopolita se faz presente também no atual discurso islamofóbico francês, que justifica a sua participação na “guerra ao terror” a partir da defesa de “direitos humanos universais” que seriam representados pelo país, berço dos “valores ocidentais”.⁴¹

Nos últimos quarenta anos, um processo de profunda concentração, centralização e internacionalização do capital reforçou o encapsulamento nacional das classes trabalhadoras. O associativismo empresarial internacional se aprofundou, e se ampliou a um escopo maior de burguesias,⁴² muito embora nunca tenha sido efetivamente capaz de reduzir, nem de impedir a ascensão de novas rivalidades inter-imperialistas.

O cosmopolitismo liberal, nesse sentido, foi usado como um recurso retórico das elites transnacionais para justificar o *status quo* da globalização neoliberal liderada pelos Estados Unidos. A queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da URSS, em 1992, trouxe uma fugaz sensação de vitória do cosmopolitismo liberal; entretanto, muito rapidamente, uma série de guerras civis, movimentos separatistas e nacionalistas abalaram esta certeza.

Nos tempos atuais, é impossível pensar o significado do cosmopolitismo burguês sem considerar a vitória eleitoral do “*America First*” de Donald Trump nos Estados Unidos, o aparente desmantelamento da União Europeia, além do crescimento eleitoral significativo de candidaturas e partidos associados a um discurso nacionalista e xenófobo explícito por todo o mundo. A nova onda nacionalista europeia e americana parece eclipsar os projetos e o pensamento cosmopolitista-burguês que se expressou desde os anos 1970 na Comissão Trilateral – e que era, nas últimas eleições presidenciais americanas, mais bem representado na candidatura derrotada de Hillary Clinton.

Seria o fim do cosmopolitismo liberal? Ou este pode assumir novas roupagens e, diante da pouca expressividade de um internacionalismo proletário, mostrar-se como a única alternativa diante desta nova conjuntura?

Artigo recebido em 27.3.2017

Aprovado em 18.5.2017

⁴⁰ HARVEY, David. *Cosmopolitanism and the geographies of freedom*. New York: Columbia University Press, 2009.

⁴¹ TRAVERSO, Enzo. Espectros del fascismo. Pensar las derechas radicales em el siglo XXI. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 58, 2016.

⁴² A própria Trilateral passou a contar com membros dos “BRICS” nos anos 2000.